RUA DESEM. FRANCISCO MURILO PINTO, 33 VILA SANTA LUZIA

# DIÁRIO OFICIAL

DO LEGISLATIVO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, criado pela resolução nº 5, de 2 de setembro de 2021

Ano 2025 Número 1063

CAMARASJC.SP.GOV.BR





- 3 MESA DIRETORA
- 4 VEREADORES
  - 8 comissões permanentes
- 12 LINKS
  - LEI ORGÂNICA
  - CÂMARA SEM PAPEL
  - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
  - REGIMENTO INTERNO
- 13 PUBLICAÇÕES
  - PROCESSO LEGISLATIVO
  - ATOS NORMATIVOS
  - ATOS DE PESSOAL
  - CONTRATAÇÕES
  - GESTÃO FISCAL
  - CONCURSOS



## **MESA DIRETORA**



PRESIDENTE

Roberto do Eleven
PSD



1° VICE-PRESIDENTE

Fernando Petiti
PSDB



2° VICE-PRESIDENTE

Juliana Fraga
PT



1° SECRETÁRIO

Milton Vieira Filho
REPUBLICANOS



2° SECRETÁRIO

Renato Santiago

UNIÃO



## **VEREADORES**



Amélia Naomi
PT (Partido dos Trabalhadores)
amelia@camarasjc.sp.gov.br



Carlos Abranches
CIDADANIA (CIDADANIA)

carlosabranches@camarasjc.sp.gov.br



Claudio Apolinario
PSD(Partido Social Democrático)
claudioapolinario@camarasjc.sp.gov.br



Fabião Zagueiro
PSD(Partido Social Democrático)
fabiaozagueiro@camarasjc.sp.gov.br



Fernando Petiti
PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)
fernandopetiti@camarasjc.sp.gov.br





Gilson Campos
PRD (Partido Renovação Democrática)
gilsoncampos@camarasjc.sp.gov.br



**Juliana Fraga**PT (Partido dos Trabalhadores)
julianafraga@camarasjc.sp.gov.br



Lino Bispo
PL (Partido Liberal)
linobispo@camarasjc.sp.gov.br



Marcão da Academia
PSD(Partido Social Democrático)
marcaodaacademia@camarasjc.sp.gov.br



Marcelo Garcia
PRD (Partido Renovação Democrática)
marcelogarcia@camarasjc.sp.gov.br



Milton Vieira Filho
REPUBLICANOS (Republicanos)
mvfilho@camarasjc.sp.gov.br





Rafael Pascucci
PSD (Partido Social Democrático)
pascucci@camarasjc.sp.gov.br



Renato Santiago
UNIÃO (Partido União Brasil)
renatosantiago@camarasjc.sp.gov.br



Roberto Chagas
PL (Partido Liberal)
robertochagas@camarasjc.sp.gov.br



Roberto do Eleven
PSD (Partido Social Democrático)
robertodoeleven@camarasjc.sp.gov.br



Rogério da Acasem
PP (Progressistas) - Líder Partidário
rogeriodaacasem@camarasjc.sp.gov.br





Senna
PL (Partido Liberal)
sennavereador@camarasjc.sp.gov.br



Sérgio Camargo
PL (Partido Liberal)
sergiocamargo@camarasjc.sp.gov.br



Sidney Campos
PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)
sidneycampos@camarasjc.sp.gov.br



Thomaz Henrique
PL (Partido Liberal)
thomazhenrique@camarasjc.sp.gov.br



**Zé Luís**PSD (Partido Social Democrático) - Líder Partidário zeluis@camarasjc.sp.gov.br



# **COMISSÕES PERMANENTES**



# COMISSÃO DE ÉTICA



# COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

**PRESIDENTE** 

ZÉ LUIS

SUPLENTE: RENATO SANTIAGO

RELATORES

**GILSON CAMPOS** 

SUPLENTE: MARCELO GARCIA

FERNANDO PETITI

SUPLENTE: SIDNEY CAMPOS

LINO BISPO

SUPLENTE: ROBERTO CHAGAS

 ${\sf MEMBRO}$ 

MILTON VIEIRA FILHO

SUPLENTE: ROGÉRIO DA ACASEM

PRESIDENTE

**RENATO SANTIAGO** 

SUPLENTE: FERNANDO PETITI

RELATOR

**FABIÃO ZAGUEIRO** 

SUPLENTE: MARCELO GARCIA

MEMBRO

**ROBERTO CHAGAS** 

SUPLENTE: CARLOS ABRANCHES





# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



# COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

**PRESIDENTE** 

THOMAZ HENRIQUE

SUPLENTE: JULIANA FRAGA

RELATOR

**CARLOS ABRANCHES** 

SUPLENTE: ROBERTO CHAGAS

**MEMBRO** 

AMÉLIA NAOMI

SUPLENTE: ZÉ LUÍS

**PRESIDENTE** 

**GILSON CAMPOS** 

SUPLENTE: ROGÉRIO DA ACASEM

RELATOR

MARCÃO DA ACADEMIA

SUPLENTE: CARLOS ABRANCHES

MEMBRO

**SÉRGIO CAMARGO** 

SUPLENTE: RAFAEL PASCUCCI





# COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E TRANSPORTES



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

**PRESIDENTE** 

MARCELO GARCIA

SUPLENTE: MARCÃO DA ACADE-

MIA

RELATOR

ZÉ LUÍS

SUPLENTE: RENATO SANTIAGO

MEMBRO

**LINO BISPO** 

SUPLENTE: SIDNEY CAMPOS

PRESIDENTE

**CLAUDIO APOLINARIO** 

SUPLENTE: LINO BISPO

RELATOR

**JULIANA FRAGA** 

SUPLENTE: GILSON CAMPOS

**MEMBRO** 

**FERNANDO PETITI** 

SUPLENTE: ZÉ LUIS





# **COMISSÃO DE SAÚDE**



# **COMISSÃO DE** JUSTIÇA, REDAÇÃO E **DIREITOS HUMANOS**

**PRESIDENTE** 

RAFAEL PASCUCCI

SUPLENTE: SENNA

RELATOR

ROGÉRIO DA ACASEM

SUPLENTE: MILTON VIEIRA FILHO

**MEMBRO** 

SIDNEY CAMPOS

SUPLENTE: SÉRGIO CAMARGO

**PRESIDENTE** 

ZÉ LUÍS

SUPLENTE: AMÉLIA NAOMI

RELATOR

**MILTON VIEIRA FILHO** 

SUPLENTE: FABIÃO ZAGUEIRO

**MEMBRO** 

SENNA

SUPLENTE: THOMAZ HENRIQUE



ATUALIZADA ATÉ A EMENDA DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

ACESSE LINKS ABAIXO



LEI ORGÂNICA

ACESSE A LEI MAIS IMPORTANTE
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



<u>CÂMARA SEM PAPEL</u>

<u>ACOMPANHE A</u>

<u>PRODUÇÃO LEGISLATIVA</u>



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

ACESSE A LEGISLAÇÃO

DO MUNICÍPIO DE

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



## **REGIMENTO INTERNO**

VEJA AS REGRAS DE
FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



ANO 2025

#### **ATOS NORMATIVOS**

## ATO DA MESA Nº 46, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

Constitui a Frente Parlamentar do bairro do Urbanova.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o Requerimento nº 2936/2025 constante do processo nº 15692/2025, de autoria do Ver. Sidney Campos, DETERMINA:

Art. 1º Fica constituída a Frente Parlamentar do bairro do Urbanova, composta pelos Vereadores Sidney Campos, Senna, Renato Santiago, Zé Luis, Milton Vieira Filho, Gilson Campos e Amélia Naomi.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Plenário "Mário Scholz", 22 de outubro de 2025.

Ver. Roberto do Eleven Presidente

Ver. Fernando Petiti Primeiro-Vice-Presidente

Ver.<sup>a</sup> Juliana Fraga Segunda-Vice-Presidente

Ver. Milton Vieira Filho Primeiro-Secretário

Ver. Renato Santiago Segundo-Secretário

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de São José dos Campos, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Michael Robert Boccatto e Silva Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente



## ATO DA MESA Nº 47, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

Constitui a Frente Parlamentar de Proteção e Defesa do Consumidor.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o Requerimento nº 3238/2025 constante do processo nº 17494/2025, de autoria do Ver. Senna, DETERMINA:

Art. 1º Fica constituída a Frente Parlamentar de Proteção e Defesa do Consumidor, composta pelos Vereadores Senna, Sérgio Camargo, Lino Bispo e Sidney Campos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE** 

Plenário "Mário Scholz", 22 de outubro de 2025.

Ver. Roberto do Eleven Presidente

Ver. Fernando Petiti Primeiro-Vice-Presidente

Ver.<sup>a</sup> Juliana Fraga Segunda-Vice-Presidente

Ver. Milton Vieira Filho Primeiro-Secretário

Ver. Renato Santiago Segundo-Secretário

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de São José dos Campos, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Michael Robert Boccatto e Silva Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente



## **ATOS DE PESSOAL**

## PORTARIA Nº 364, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO DIRETOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições conferidas pela Resolução nº 4, de 1º de julho de 2021, e considerando a documentação juntada ao processo nº 17.651/2025, RESOLVE:

- 1. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão Eleitoral responsável pela coordenação e condução do processo eleitoral de representantes dos servidores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA para a gestão 2025/2026, com a revogação da Portaria nº 415, de 24 de outubro de 2024:
- a. Luana Martins Rodrigues Presidente da Comissão;
- b. Vivian Maria Mayumi Takasaki Vice-Presidente da Comissão;
- c. Erika Silva Moreira de Oliveira Membro da Comissão; e
- d. Fernanda Santos Diniz Membro da Comissão.
- 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José dos Campos, 23 de outubro de 2025.

MICHAEL ROBERT BOCCATTO E SILVA Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente



## **CONTRATAÇÕES**

# AVISO DE CONTRATAÇÃO Processo nº 17.312/2025

## 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Descrição resumida: aquisição de espirais para encadernação tamanho 12mm.
- 1.2. Descrição completa: aquisição de espirais para encadernação tamanho 12mm, conforme especificações técnicas a seguir.
- Cor: preta;
- Material / Modelo: plástico;
- Tamanho: A4/ Oficio (56 Espiras);
- Espessura: 12 mm.
- 1.3. Quantidade: 4.000 (quatro mil) unidades.
- 1.4. Finalidade: para confecção de cadernos solicitados por servidores e munícipes.

#### 2. REGIME DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Esta contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da "Lei de Licitações e Contratos Administrativos".
- 2.2. Fundamento Legal desta Contratação: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### 3. INFORMAÇÕES DA COTAÇÃO

- 3.1. A cotação enviada deverá conter as seguintes informações:
- a) Valor unitário com frete embutido;
- b) Valor total com frete embutido;
- c) CNPJ (o mesmo que constará na Nota Fiscal);
- d) Prazo de validade da cotação, com mínimo de 15 (quinze) dias:
- e) Forma de pagamento (depósito ou boleto).
- 3.2. Quando a forma de pagamento escolhida for depósito, deverão ser informados na proposta os dados bancários da empresa.

## 4. CONDICÕES DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Forma de seleção: Será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que respeitadas as condições estabelecidas neste Aviso, ressalvada a possibilidade de a Administração decidir motivadamente pela proposta mais vantajosa de acordo com outros critérios objetivos.
- 4.2. Devem ser observadas as especificações, as condições de entrega dos materiais e prestação do serviço, garantia, prazos, preços, formas de pagamentos e demais condições deste Aviso, sendo vedada qualquer alteração sem expressa autorização da Câmara, sob pena de recusa dos materiais.
- 4.3. Condições de fornecimento:
- 4.3.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), a qual será encaminhada por e-mail.
- 4.3.2. Na Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Câmara Municipal, constarão o prazo, o local e a relação dos materiais a serem entregues.
- 4.3.3. Caso o recebimento da Autorização de Fornecimento AF não seja confirmado em até 2 (dois) dias úteis após seu encaminhamento, a contratante providenciará a sua publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo de São José dos Campos DOL (http://diario.camarasjc.sp.gov.br/dio), encaminhando ao endereço de email fornecido pela Contratada o endereço eletrônico para consulta de sua íntegra, hipótese em que a Autorização de Fornecimento AF será considerada recebida no dia útil subsequente a essa publicação.
- 4.3.4. Entrega de segunda a sexta-feira no Almoxarifado da Câmara Municipal entre 8h e 11h30 e 13h30 e 17h.
- 4.3.5. Não será admitida entrega parcial sem autorização prévia da Câmara Municipal, por meio de sua Seção de Contratos.
- 4.4. Prazo de pagamento: 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais e protocolo da nota fiscal.

#### 5. PENALIDADES

- 5.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica a Contratada sujeita às seguintes sanções:
- a) Caracterizando-se a inexecução parcial do item, ficará a empresa sujeita a aplicação cumulativa de multa de 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular:
- b) Sendo total a inexecução, que também será caracterizada com a recusa injustificada pelo fornecedor em aceitar a presente Autorização de Fornecimento AF, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.



# **PUBLICAÇÕES**

- 5.2. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora, observado o art. 162 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável:
- a) Por atraso injustificado na entrega do material descrito na Autorização de Fornecimento AF, ficará essa empresa sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) calculada sobre o valor do item ou itens em atraso;
- b) Por entrega de material em desacordo com o descrito na Autorização de Fornecimento AF, terá a empresa dois dias para sanar a irregularidade. Persistindo a falha, aplicar-se-á multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do item entregue em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o que, será caracterizada inexecução do contrato;
- c) As sanções previstas nas alíneas "a" e "b" ficam limitadas a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do art. 156, §3° da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3. Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, incidirão concomitantemente e independentemente das multas elencadas nos itens 5.1 e 5.2, as seguintes sanções administrativas:

#### a) ADVERTÊNCIA;

- b) IMPEDIMENTÓ DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de São José dos Campos pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- c) DECLARAÇÃO DE INÍDONEIDADE PARA LICITÀR OÚ CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

#### 6. CONDICÕES NECESSÁRIAS PARA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A Contratada deverá ter regularidade fiscal para contratar com a Câmara Municipal, razão pela qual será emitida pela Seção de Compras os seguintes documentos para comprovação:
- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.2. Ao encaminhar a proposta, a empresa declara tacitamente que:
- a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021; e b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 7.1. A presenté contratação será celebrada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e reger-se-á pelos dispositivos legais aplicáveis, inclusive e subsidiariamente pelos Princípios Gerais de Direito e notadamente as seguintes normas:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) Constituição do Estado de São Paulo; e
- c) Lei Orgânica do Município de São José dos Campos.

#### 8. ESCLARECIMENTOS

8.1. Eventuais esclarecimentos poderão ser requeridos pelo e-mail compras@camarasjc.sp.gov.br e pelo telefone (12) 3925-6772.

MICHAEL BOCCATTO Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente



# AVISO DE CONTRATAÇÃO Processo nº 17.336/2025

- 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO
- 1.1. Descrição resumida: aquisição de plásticos para plastificação.
- 1.2. Descrição completa: aquisição de plásticos para plastificação conforme especificações técnicas a seguir.
- Nome do produto: plástico para plastificação / lâmina de plastificação / polaseal / pouch film;
- Tamanho A4 (220mm x 307mm);
- 125 micras 0,05;
- Cantos arredóndados;
- Transparente.
- 1.3. Quantidade: 4.000 (quatro mil) unidades.
- 1.4. Finalidade: para plastificação de diversos documentos solicitados por servidores e munícipes.

### 2. REGIME DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Esta contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da "Lei de Licitações e Contratos Administrativos".
- 2.2. Fundamento Legal desta Contratação: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

#### 3. INFORMAÇÕES DA COTAÇÃO

- 3.1. A cotação enviada deverá conter as seguintes informações:
- a) Valor unitário com frete embutido;
- b) Valor total com frete embutido:
- c) CNPJ (o mesmo que constará na Nota Fiscal);
- d) Prazo de validade da cotação, com mínimo de 15 (quinze) dias;
- e) Forma de pagamento (depósito ou boleto).
- 3.2. Quando a forma de pagamento escolhida for depósito, deverão ser informados na proposta os dados bancários da empresa.

#### 4. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Forma de seleção: Será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que respeitadas as condições estabelecidas neste Aviso, ressalvada a possibilidade de a Administração decidir motivadamente pela proposta mais vantajosa de acordo com outros critérios objetivos.
- 4.2. Devem ser observadas as especificações, as condições de entrega dos materiais e prestação do serviço, garantia, prazos, preços, formas de pagamentos e demais condições deste Aviso, sendo vedada qualquer alteração sem expressa autorização da Câmara, sob pena de recusa dos materiais.
- 4.3. Condições de fornecimento:
- 4.3.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), a qual será encaminhada por e-mail.
- 4.3.2. Na Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Câmara Municipal, constarão o prazo, o local e a relação dos materiais a serem entregues.
- 4.3.3. Caso o recebimento da Autorização de Fornecimento AF não seja confirmado em até 2 (dois) dias úteis após seu encaminhamento, a contratante providenciará a sua publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo de São José dos Campos DOL (http://diario.camarasjc.sp.gov.br/dio), encaminhando ao endereço de email fornecido pela Contratada o endereço eletrônico para consulta de sua íntegra, hipótese em que a Autorização de Fornecimento AF será considerada recebida no dia útil subsequente a essa publicação.
- 4.3.4. Entrega de segunda a sexta-feira no Almoxarifado da Câmara Municipal entre 8h e 11h30 e 13h30 e 17h.
- 4.3.5. Não será admitida entrega parcial sem autorização prévia da Câmara Municipal, por meio de sua Seção de Contratos.
- 4.4. Prazo de pagamento: 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais e protocolo da nota fiscal.

## 5. PENALIDADES

- 5.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica a Contratada sujeita às seguintes sanções:
- a) Caracterizando-se a inexecução parcial do item, ficará a empresa sujeita a aplicação cumulativa de multa de 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular;
- b) Sendo total a inexecução, que também será caracterizada com a recusa injustificada pelo fornecedor em aceitar a presente Autorização de Fornecimento AF, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
- 5.2. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora, observado o art. 162 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável:



# **PUBLICAÇÕES**

- a) Por atraso injustificado na entrega do material descrito na Autorização de Fornecimento AF, ficará essa empresa sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) calculada sobre o valor do item ou itens em atraso;
- b) Por entrega de material em desacordo com o descrito na Autorização de Fornecimento AF, terá a empresa dois dias para sanar a irregularidade. Persistindo a falha, aplicar-se-á multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do item entregue em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o que, será caracterizada inexecução do contrato:
- c) As sanções previstas nas alíneas "a" e "b" ficam limitadas a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do art. 156, §3° da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3. Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, incidirão concomitantemente e independentemente das multas elencadas nos itens 5.1 e 5.2, as seguintes sanções administrativas:
- a) ADVERTÊNCIA;
- b) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de São José dos Campos pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- c) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 6. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONTRATAÇÃO
- 6.1. A Contratada deverá ter regularidade fiscal para contratar com a Câmara Municipal, razão pela qual será emitida pela Seção de Compras os seguintes documentos para comprovação:
- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.2. Ao encaminhar a proposta, a empresa declara tacitamente que:
- a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021; e b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
- 7.1. A presente contratação será celebrada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e reger-se-á pelos dispositivos legais aplicáveis, inclusive e subsidiariamente pelos Princípios Gerais de Direito e notadamente as seguintes normas:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) Constituição do Estado de São Paulo; e
- c) Lei Orgânica do Município de São José dos Campos.
- 8. ESCLARECIMENTOS
- 8.1. Eventuais esclarecimentos poderão ser requeridos pelo e-mail compras@camarasjc.sp.gov.br e pelo telefone (12) 3925-6772.

MICHAEL BOCCATTO Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente







RUA DES. FRANCISCO MURILO PINTO, 33 VILA SANTA LUZIA